



Nova jornada de luta está programada para 12 de julho

Para barrar a reforma da Previdência, as ruas tem sido o campo de batalha. Após a participação em massa dos brasileiros na greve geral do dia 14 de junho, as centrais sindicais prepararam o Dia Nacional de Mobilização. As manifestações estão programadas para acontecer em 12 de julho, em diversas cidades do Brasil.

A intenção é pressionar deputados e senadores, além de conscientizar a sociedade sobre os retrocessos da reforma. A informação é de que o Congresso Nacional trava uma

batalha sobre a proposta que acaba com a aposentadoria do trabalhador. Sendo papel fundamental da oposição criar uma articulação política, para impedir o desmonte da Seguridade Social.

Estão previstas para acontecer manifestações nos aeroportos, atos de rua em diversas cidades e reuniões com parlamentares no Dia de Mobilização. As ações contribuem para o enfrentamento da atual conjuntura. O ato pode ser decisivo para barrar a reforma da Previdência.

Bancos eliminam 2.079 vagas

No primeiro trimestre deste ano, Itaú, Bradesco, BB, Caixa e Santander lucraram quase R\$ 25 bilhões. Mas, os bons resultados não impediram que eliminassem 2.079 postos de trabalho entre janeiro e maio.

Os dados são do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Os números deixam claro que nada justifica o fechamento de postos de trabalho. Os lucros seguem nas alturas e as agências lotadas de serviço precário. As empresas termi-

naram 2018 com lucratividade na casa dos R\$ 85,9 bilhões, alta de 16,2% em relação a 2017, quando o lucro foi R\$ 74 bilhões.

As empresas deveriam adotar postura social, contratar empregados e colaborar para diminuir a taxa de desemprego. Porém, vão na contramão. Inclusive, os bancos estão no topo da lista de apoiadores da reforma da Previdência, proposta do governo que vai acabar com a aposentadoria de milhões de brasileiros.

Negociação com o BB no dia 10

Os ataques aos trabalhadores são inúmeros. No caso dos empregados das estatais, como o Banco do Brasil, os programas de assistência à saúde são alvos. Por conta disto, os representantes dos funcionários e a direção do banco negociam sobre saúde no dia 10 de julho, em Brasília.

A resolução 23 da CGPAR é um exemplo. Caso seja implementada encarece ainda mais os programas de saúde das estatais e exclui diversos beneficiários, proíbe a adesão de novos contratados, restringe o acesso a aposentados e cobra por faixa etária carências e franquias.

MP que enfraqueceria a luta perde a validade

A Medida Provisória (MP) 873/2019, que dispunha sobre a forma de cobrança da contribuição sindical, perdeu a validade no sábado (29/06), quando completou 120 dias de sua publicação.

Vale ressaltar que a MP foi editada por Bolsonaro com a clara intenção de asfixiar os sindicatos economicamente, ferindo, inclusive, acordos internacionais assinados pelo Brasil que garantem o respeito à autonomia e a liberdade sindical.

É importante ressaltar que todos os trabalhadores que são beneficiados em convenções coletivas negociadas pelos sindicatos devem contribuir para que a entidade que os representa continue estruturada para atuar não só para conquistar direitos, mas para garantir a manutenção dos direitos conquistados ao longo de anos de luta.

Dia 12 tem negociação com Itaú sobre saúde

Pauta pertinente e que merece atenção e ação das empresas, a saúde e as condições de trabalho dos bancários são tema da negociação entre representante do Itaú e dos trabalhadores. O encontro acontece no dia 12 de julho, às 15h, em São Paulo. A categoria bancária é uma das mais acometidas por doenças ocupacionais, fruto do ritmo alucinante nas agências, da sobrecarga de trabalho e da cobrança exagerada por metas.

CAIXA: segue vigente liminar da gratificação

Em um momento de ataque aos direitos dos trabalhadores, ainda está vigente a liminar que suspende os efeitos da revogação do RH 151 pela Caixa. A incorporação das gratificações de função aos empregados que exercem o cargo por mais de 10 anos, quando descomissionados sem motivo, está garantida. A Caixa tenta revogar unilateralmente o RH 151, que integra contrato de trabalho dos empregados. A audiência de encerramento da ação civil pública, que trata da manutenção do direito, foi remarcada para outubro.

Governo libera agrotóxico

Os alimentos consumidos pelas famílias brasileiras terão mais venenos. O governo Bolsonaro acaba de permitir mais 42 pesticidas para uso no país. Com a autorização, sobe para 169 o número de agrotóxicos liberados somente neste ano e que pode parar direto na mesa do brasileiro. Muitos dos pesticidas têm substâncias cancerígenas e podem causar doenças graves. Tanto que a maioria é proibida na Europa e Estados Unidos, como a atrazina, sulfoxaflor, fipronil, neonicotinóides e acefato. Desde o golpe jurídico-midiático-militar, em 2016, o agronegócio consegue a liberação de agrotóxicos para colocar na mesa do cidadão. Em 2018, foram 450 registros, em 2017 foram 405 e em 2016 foram 277. É bom ter muito cuidado com o que leva pra casa.